

Arquivo e construção da nação — Ana Maria Camargo

Archive and the construction
of the nation —
Ana Maria Camargo

Entrevista concedida a

PATRICIA TEIXEIRA SANTOS

Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)¹

Ana Maria Camargo, historiadora com longa trajetória de ensino e de militância pelo necessário diálogo e interação com as instituições arquivísticas, é docente da Universidade de São Paulo e nos apresenta na entrevista concedida em abril de 2018, na sua residência em São Paulo, o papel transformador e a dinâmica da instituição arquivística, da preservação da memória e dos embates pela História na sua trajetória de assessoria no Arquivo Nacional Moçambicano.

Tantas lutas políticas e transformações presenciadas e que desafiaram a entrevistada, nos faz ver o arquivo como uma instituição dotada de grande movimento e inquietações, nos convidando para o necessário diálogo para a pesquisa histórica sobre Moçambique e, através dela, para o rico e profícuo diálogo entre o ensino de História e a Pesquisa em Arquivos.

Esta entrevista foi realizada em função do projeto Internacional Fontes e Pesquisas para a História das Missões Cristãs em África, arquivos e acervos (CITCEM – UP, UNIFESP e UNESP), do qual Patricia Teixeira Santos, pesquisadora que realizou a entrevista, participa e que busca diálogo com assessores e organizadores da memória arquivística dos países africanos que compõem a PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

PATRÍCIA TEIXEIRA SANTOS (P.S.): Primeiramente, agradecemos muito pela possibilidade de dialogar com você a respeito de sua trajetória profissional, acadêmica e, de modo especial, de sua experiência em Moçambique, no que diz respeito à organização da memória de uma sociedade, ou numa experiência de sociedade, que viveu muito a oralidade, e que vive ainda a oralidade em outros contextos, para a memória e para o arquivo, com o objetivo de que trabalhemos do ponto de vista de uma história ocidental. Imaginamos que seu desafio nesse país tenha sido muito grande e, por isso, gostaríamos que falasse um pouco de como foi seu trabalho em Moçambique.

ANA MARIA CAMARGO (A.C.): Agradeço esse interesse pela minha experiência. Acho que eu poderia começar dizendo que quando fui a Moçambique pela primeira vez, em 1984, tive por missão participar de um curso *sui generis*: Licenciatura em História com especialidade em Documentação. Era uma proposta de reativar o curso de História, que não funcionava desde a Independência do país. A prioridade, até então, havia sido a formação de professores primários e de médicos, e a licenciatura, equivalente a um mestrado, sinalizou o ingresso da História na grade curricular da Universidade Eduardo Mondlane, sucedânea da Universidade de Lourenço Marques. Tive vários orientandos e participei da arguição de todos os alunos do curso. O programa era coordenado por Maria Inês Nogueira da Costa, diretora do Arquivo Histórico de Moçambique, onde as aulas eram ministradas. O fato de o Arquivo ser um organismo subordinado à Universidade marcou profundamente a iniciativa, pois grande parte das pesquisas dos alunos do curso foi direcionada para a exploração dos documentos do acervo. Foi essa vinculação institucional, aliás, que resguardou o Arquivo das convulsões que, após a Independência, ocasionaram a destruição de determinados equipamentos do período colonial. Os documentos, cuja queima significaria a superação de um tempo que se queria esquecer, seriam uma presa fácil para esse gesto libertador. Foi graças à equipe de Maria Inês Nogueira da Costa que, logo a seguir ao 25 de abril e em condições difícilísimas (de barco e de avião), a documentação que estava nas províncias foi levada para a capital e preservada em depósitos do Arquivo Histórico de Moçambique, ficando a salvo da grande queima de arquivos com que se costuma celebrar a liquidação de um regime político. Em relação aos demais países da África, é possível afirmar que Moçambique ficou com o mais completo acervo de documentos públicos do período colonial. Houve ainda outra iniciativa de grande importância na preservação da memória moçambicana: o projeto de história oral levado a efeito

pela mesma equipe do Arquivo Histórico. As missões encarregadas de colher depoimentos junto aos homens-memória das diferentes comunidades linguísticas existentes no país formaram um impressionante conjunto que remonta aos ancestrais de cada grupo e às narrativas de criação do mundo que asseguram sua identidade, dentro da perspectiva de Jan Vanzina. O Arquivo Histórico mantinha um setor em que as gravações desses depoimentos eram transcritas, geralmente por pessoas idosas que dominavam a gramática de cada língua ou dialeto. Apesar das dificuldades financeiras, o Arquivo procurou reunir as mais variadas fontes de pesquisa histórica, promovendo a transferência de documentos das companhias majestáticas que atuaram em Moçambique e a microfilmagem de material existente em instituições de Portugal e outros países. Lembro-me que, ao se deparar com o grande volume do acervo e os vários edifícios ocupados, o então secretário-geral do Conselho Internacional de Arquivos, Charles Kecskeméti, colocou no relatório da visita efetuada em Moçambique, como aspecto negativo observado, a ausência de avaliação. Sua crítica, que não levou em consideração o esforço incomensurável da equipe de Maria Inês Nogueira da Costa para conservar o máximo possível de documentos, acabou tendo consequências nefastas, com a suspensão do auxílio oferecido ao Arquivo Histórico por uma fundação sueca. Um episódio lamentável...

P.S.: Isso foi, ainda, durante a guerra no país?

A.C.: Sim. Durante quase todo o tempo em que fui regularmente a Moçambique (lá ficando por um mês a cada ano, até 2004), o cenário era de guerra. Não se podia transitar pelas estradas de rodagem do país até meados da década de 1990, em razão dos ataques da Renamo. O acesso a Maputo era, portanto, por via aérea, e isso dá uma ideia da façanha empreendida pela equipe do Arquivo Histórico para manter a integridade de seu acervo. É importante lembrar que Maria Inês Nogueira da Costa, que faleceu em 2014, tinha sob sua responsabilidade, além de encargos administrativos junto à Reitoria da Universidade Eduardo Mondlane, o Arquivo Histórico, o Museu da Fortaleza, o Museu da Moeda e o arquivo da Frelimo, partido do qual era membro. Gozava, aliás, da mais absoluta confiança do presidente Samora Machel e dos que o sucederam no governo do país. Foi o conceito de completude que norteou as iniciativas do Arquivo, naquela época. A busca por referências a Moçambique chegou a determinar a microfilmagem não só de coleções de jornais existentes em Portugal, mas a de documentos sob a custódia do

Vaticano. O já mencionado material da Companhia de Moçambique, entidade de capitais ingleses, franceses e portugueses que exerceu poder estatal em parte do território moçambicano, acabou dando origem à primeira tese de doutorado defendida no país, no período pós-Independência: *Inventário do fundo “Companhia de Moçambique” (1892-1942): uma abordagem funcional da descrição dos arquivos permanentes*, de autoria de Maria Inês Nogueira da Costa. O trabalho foi orientado por mim e defendido na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane em julho de 1992, perante banca da qual participou a renomada arquivista espanhola Vicenta Cortés Alonso. Em termos comparativos, considerando o de Angola e o de outras ex-colônias africanas, o Arquivo Histórico de Moçambique é o que possui o acervo mais representativo da administração colonial e da cultura do país, além de possuir legislação que prevê a transferência e o recolhimento dos documentos produzidos pelos organismos que hoje controlam o Estado. Muitos dos problemas (calamidades provocadas por enchentes e gafanhotos, por exemplo), cuja solução custaria hoje uma fortuna aos cofres públicos, demandando consultorias especializadas, já foram objeto de estudos e projetos que permanecem devidamente registrados e preservados nas prateleiras do Arquivo Histórico. Bastaria consultá-los... Acho que o único conjunto documental que não se conservou foi o da polícia política: a Pide pôs fogo em tudo, antes de deixar o país às pressas. Gostaria ainda de citar o trabalho realizado na biblioteca do Arquivo, graças ao empenho de um funcionário exemplar: António Sopa. Dentro da mesma perspectiva de exaustividade, ou seja, de dotar a instituição de todas as publicações feitas em Moçambique e daquelas que, editadas fora do país, a ele se referem, a biblioteca assumiu o chamado depósito legal, papel quase sempre reservado às bibliotecas nacionais. O requinte com que se montou a biblioteca do Arquivo Histórico, com a busca incessante, nos leilões de obras raras, daquilo que ainda não figurava em seu acervo, transformou-a em verdadeiro centro de memória e de pesquisa, um paraíso para os pesquisadores...

P.S.: Você se refere ao arquivo oral ou ao arquivo administrativo?

A.C.: A ambos. Os programas de história oral sempre se mostraram complementares aos documentos produzidos pela administração pública, sobretudo numa sociedade até hoje marcada pela predominância da oralidade. Tanto num caso como no outro, o papel dos historiadores é interpretar esse material empírico, estabelecendo com ele um diálogo interminável. Chega-se

às pessoas, ao povo, por intermédio de documentos gerados, por exemplo, pelos tribunais indígenas, organismos criados pelo Estado português para atender às características culturais dos colonizados. Chega-se também por meio da correspondência espontaneamente escrita ou ditada pelos ouvintes de um programa radiofônico, que gerou o livro maravilhoso de José Capela (pseudônimo do historiador José Soares Martins): *Moçambique pelo seu povo*. A documentação da Rádio, embora de origem privada, é também um fundo do Arquivo Histórico. Os reflexos do mundo do trabalho, que é tema recorrente da historiografia moçambicana, estão, portanto, presentes em vários conjuntos documentais textuais e sonoros, de modo mais ou menos explícito. Cabe aos historiadores submetê-los a seu espírito crítico. Ao Arquivo Histórico, em contrapartida, oferecer diferentes e múltiplas fontes para alimentar a própria dinâmica do processo de conhecimento histórico. Pude testemunhar, ao longo dos anos em que prestei assessoria à instituição, dois grandes momentos desse processo de reescrita da história. O primeiro, logo após a Independência, quando se negou a história produzida pelos colonizadores; o segundo, quando o país abandonou o regime socialista.

P.T.: **Eu tenho uma pergunta sobre isso, já que você teve uma oportunidade privilegiada de perceber todo o processo de lutas de construção dessa nação, a partir de um passado colonial. Na sua avaliação, o que a motivou a aceitar o convite para desenvolver esse trabalho? Como enxerga, afinal, esse esforço de memória?**

A.C.: Quando fui a Moçambique pela primeira vez, eu era diretora do Arquivo do Município de Rio Claro, função que acumulava com a de professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Meu interesse pelos arquivos, como até hoje, era enorme. Fui procurada por Vera Lucia Tokairim, documentalista contratada pela Unesco para prestar serviços em Moçambique. A proposta era que eu me engajasse também no programa de formação coordenado por Maria Inês Nogueira da Costa, cuidando da área arquivística. Não só ministrei uma disciplina no curso de Licenciatura em História com especialidade em Documentação, como orientei trabalhos de pesquisa, dei treinamento aos funcionários do Arquivo Histórico e passei a prestar assessoria à Universidade na formulação de políticas patrimoniais. Nesses anos convivi com os pesquisadores que frequentavam o Arquivo e discuti com alguns deles a elaboração dos livros didáticos de história. Tive experiências que até hoje

ilustram minhas aulas. O caso do Museu da Revolução, criado em Moçambique após a Independência, é uma referência obrigatória quando estabeleço a diferença entre arquivos e museus. Arquivos são resultado das atividades rotineiras de uma instituição ou pessoa; os museus, ao contrário, correspondem à construção de um discurso. São entidades opostas. O Museu da Revolução, que se notabilizou por ter sido montado por coreanos (que só sabiam desenhar as figuras emblemáticas da história moçambicana com olhos orientais), acentuava os aspectos humilhantes do passado colonial e pouco a pouco deixou de corresponder ao processo de identificação que se pretendia inculcar nas novas gerações. A visão dicotômica que presidiu a construção do museu (de um lado, os castigos e o sofrimento do passado, e de outro, a prosperidade e o progresso proporcionados pela Frelimo no presente) não encontrava sustentação na realidade de penúria vivida pelos moçambicanos. Os jovens, os alunos da Universidade, os estudantes de História — todos passaram a rejeitar, de forma tácita, esse discurso, sem poder fazer uso do dispositivo que nós, brasileiros, sempre mobilizamos em casos similares, inclusive em tempos de censura e perseguições: a chacota e o deboche. As comparações são inevitáveis. Como eu estava em Moçambique para cuidar dos arquivos e não para interpretá-los, fiquei um pouco à margem da discussão das grandes linhas de investigação histórica que aproximavam nossas histórias nacionais. Mas pude vivenciar situações que evocavam os estigmas resultantes do trabalho compulsório, tão explorados por pesquisadores da história da escravidão no Brasil. Como grande parte do meu trabalho no Arquivo Histórico de Moçambique era o de organizar documentos e remanejar as caixas em que estavam armazenados, logo percebi que os funcionários não queriam participar dessa tarefa. Suponho que a associavam a trabalho físico pesado. Segundo me contaram depois, só se admitia, depois da Independência, os chamados trabalhos de „senta“, isto é, aquilo que podiam fazer sentados, mesmo que fossem tarefas mecânicas e repetitivas. Nas atividades de formação que desenvolvi no Arquivo, procurei sempre unir a teoria à prática, transformando-o num verdadeiro laboratório. Uma dessas atividades elegeu, como material empírico, o espólio de António Enes, personagem que se notabilizou por derrotar militarmente o império de Gungunhana, em 1895. As inúmeras facetas desse comissário régio foram contempladas num instrumento de pesquisa (posteriormente publicado no boletim da instituição) que reuniu documentos que estavam no Museu da Fortaleza, no Museu da Revolução, na Biblioteca e no Arquivo Histórico.

P.S.: Outros colegas da USP também participaram desse trabalho?

A.C.: Diretamente com o Arquivo Histórico de Moçambique, não. A única pessoa que participou do trabalho foi Viviane Tessitore, historiógrafa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Muitos foram para Moçambique na condição de pesquisadores.

P.S.: Uma pergunta importante. Essa nova geração de pesquisadores favorecidos pela lei nº 10.639, e que vão encontrar, também, um ambiente favorável nas agências de fomento e na abertura das universidades pra formar pesquisadores de pós-graduação em história da África, alguns desses pesquisadores procuraram você para conversar a respeito da sua experiência no Arquivo, no caso de Moçambique?

A.C.: Não. Nunca me procuraram. Acho que nem sabem que estive por lá. Sei que muitos estudantes moçambicanos buscaram formação na área arquivística no Brasil, nos cursos superiores existentes no Rio de Janeiro e em Brasília.

P.S.: Quanto ao arquivo oral, foi uma demanda que foi feita a você ou foi um projeto avaliado coletivamente pra ser constituído?

A.C.: Não participei da elaboração desse projeto, que começou bem antes de 1984. A morosidade com que se desenvolve a transcrição das fitas gravadas e a necessidade de especialistas nas línguas faladas fazem com que o projeto tenha um ritmo lento, muito lento. Não sei se já publicaram alguma parte do arquivo.

P.S.: Hoje, pelo que sei, o Arquivo é uma instituição de referência muito importante para pesquisadores de vários lugares do mundo. É um arquivo que tem uma organização que ajuda, realmente, os pesquisadores. Há uma compreensão não só da demanda interna, mas de como a demanda externa ajuda a fomentar, também, uma demanda interna. E de que esse diálogo é importante. Assim como eu também percebi nos docentes da Universidade Eduardo Mondlane isso. O quanto que foi enriquecedora, também, a possibilidade de eles expressarem as suas pesquisas, de eles apresentarem sua visão de história justamente neste contexto que foi favorecido, de maior intercâmbio acadêmico das instituições brasileiras com as instituições africa-

nas de um modo geral. E hoje, agora falando um pouco de você: como toda essa experiência vai se traduzir aqui na sua ação como pesquisadora e como docente, com seus alunos e orientandos?

A.C.: Foi fundamental. Os grandes princípios arquivísticos e os conceitos da área foram postos à prova o tempo todo. E ficou ratificada a afirmação, presente nos manuais, de que a organização do arquivo supõe o conhecimento do organismo produtor em sua dinâmica temporal. O ponto de partida é sempre a legislação, cujo estudo mostra as modificações introduzidas no corpo administrativo ao longo do tempo. A gestão portuguesa em Moçambique era dotada de um rigor ímpar. Havia até mesmo um quadro de classificação dos documentos produzidos nas várias instâncias governamentais, quadro que foi aprimorado por duas vezes, durante o século XX, à medida que a administração se tornava mais complexa. Em outras palavras: os documentos já nasciam com códigos, o que de certo modo facilitava seu arranjo dentro da lógica originária. Quando estive em Angola e procurei pelos códigos de classificação que eu julgava serem uma tônica de toda a administração colonial portuguesa, não os encontrei. Eles eram uma peculiaridade moçambicana... Digo sempre para meus alunos: como a história, os arquivos são um país estrangeiro cuja língua não dominamos. É preciso ir devagar, com muito cuidado, para conhecer seu comportamento e não cometer erros. Os arquivos, afinal, são sempre únicos, e por isso não se sujeitam a regras. Lemos na literatura da área que as grandes rupturas institucionais se fazem visíveis nos arquivos, mas no Brasil tais marcas são imperceptíveis. É comum, por exemplo, encontrar papéis timbrados com as armas do Império em datas já avançadas de nossa fase republicana; ou processos judiciais que continuaram a ser autuados de acordo com códigos já superados, pois os rúbulas que deles cuidavam seguiram praticando as mesmas rotinas que aprenderam no início das suas carreiras. Foi em Moçambique que vi pela primeira vez, na documentação pós-Independência, a ausência das fórmulas tradicionais que regem a atividade administrativa. É que ali, da noite para o dia, todas as pessoas que cuidavam da administração pública, sobretudo as que ocupavam cargos intermediários, foram embora. Os documentos desse período ostentam claramente a procura de uma nova etiqueta para os atos de relação no âmbito dos organismos do Estado. Aprendi muito com a experiência. Esperava encontrar similaridades entre nossas histórias pregressas sob o domínio de Portugal, mas me defrontei com outras configurações, outros dispositivos legais, outras soluções de caráter jurídico. E só se pode manter o

contexto original dos documentos, que é a regra de ouro dos arquivos, quando se tem o conhecimento das entidades que os produziram e acumularam. O trabalho de arquivo é bem mais sofisticado do que parece.

P.S.: Agradecemos muito esse seu depoimento tão rico, que suscita tantas reflexões e que reforça muito a ideia de que é importante compreender o a história dos arquivos. Os arquivos têm uma história. Os arquivos em si têm um caminho. E o quanto nós, na área da história, temos essa necessidade conhecê-los.

A.C.: Eu é que agradeço, Patrícia. As relações entre historiadores e arquivistas não têm sido harmoniosas, e procurar esclarecê-las é quase um dever de ofício para quem trabalha nas duas áreas. Se, de um lado, os arquivistas têm que dar conta do contexto de produção dos documentos para organizá-los e torná-los acessíveis, podemos dizer que realizam um gesto que é típico dos historiadores. Não é à toa que o princípio da proveniência, base de todo o trabalho arquivístico, é também conhecido como método histórico. Ir às origens, no entanto, tem um significado mais profundo. Os documentos de arquivo, por definição, viabilizam determinadas ações e, posteriormente, lhes servem de prova. A força probatória de um documento de arquivo, ao contrário do que se pensa, não repousa sobre seu conteúdo manifesto e sim sobre a ação que viabilizou e que, *a posteriori*, passou a representar. Esta é a razão por que os arquivos não agrupam os documentos por assunto, como nas bibliotecas, e sim pelas funções que cumpriram e que justificaram sua produção. Os historiadores que não conhecem a história administrativa, nem compreendem a natureza contextual desses documentos, estão condenados a utilizá-los de modo superficial. Os arquivistas, por sua vez, não têm se esmerado em propiciar aos pesquisadores instrumentos que tipifiquem os documentos e apontem seu potencial informativo. Sempre em nome do acesso pleno, preferem digitalizar grandes extensões de material e disponibilizá-lo no portal da instituição, sem maiores preocupações com os metadados que permitiriam identificar adequadamente os documentos. Enfim, há muito que fazer. Muito mesmo.

Nota

1 Transcrição realizada por Carolina Chaves Ferro, editora assistente da Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Recebida em: 09/04/2018

Aprovada em: 10/05/2018